

OTÁVIO VELHO
Antropologia / Museu Nacional

SETE TESES EQUIVOCADAS SOBRE A AMAZÔNIA

A Amazônia sempre foi parte importante dos elementos constituintes da representação que os brasileiros fazem do seu país. Nos últimos anos, porém, sua posição nesse quadro vem se alterando. De pura imagem de natureza e de recursos supostamente garantidores do futuro nacional, vem sendo vista mais e mais no campo de encontro real com a natureza e de embate entre forças sociais. Nesse sentido, só fez crescer o interesse pela Amazônia, e uma hipótese plausível, não reconhecida imediatamente pelos atores, é que, para além dos eventos concretos aparentemente distantes, está em jogo uma carga simbólica muito densa na construção do drama do encontro da nação com seu destino.

Nesse sentido, nos últimos anos tem havido um processo intenso de construção de novas representações sobre a Amazônia, onde ciência, política e emoção muitas vezes se misturam — até conscientemente — de forma inextricável. A análise do significado ideológico desse processo é sem dúvida da maior importância. Ao mesmo tempo, parece razoável que, como preliminar, se tente também uma análise mais objetivista dessas representações,

assumindo uma espécie de ingenuidade metodológica que coloca até certo ponto entre parênteses os usos sociais dessas representações, discutindo-as tal como se apresentam, aceitando-as por seu *face-value*.

A expressão “equivocadas” do título deve ser tomada no seu sentido pleno. Ou seja, não se trata propriamente de discutir questões de erro e verdade, mas de realizar um exercício pelo qual, deslocando-se a perspectiva, certas afirmativas são vistas sob nova luz, permitindo perceber melhor seus limites e aquilo que ocultam. Tratando-se de um artigo-síntese, pretende-se sobretudo levantar questões pelo simples fato de desnaturalizar as representações. Muito mais do que com demonstrações, estar-se-á interessado em apresentar *indicações de argumentação* que possibilitem abrir o debate. E como na verdade as questões estão todas interligadas, seguidamente as argumentações referidas a uma tese serão retomadas e/ou relativizadas quando da discussão de outras, mesmo não havendo em nenhum sentido a intenção de ser exaustivo.

Em geral essas teses não têm seu âmbito restrito à Amazônia. Todavia, aparentemente, o drama amazônico é percebido como o *locus* privilegiado para a sua encenação. Nesse sentido, também, parece importante levá-las a sério e travar a discussão no campo em que são colocadas.

PRIMEIRA TESE

O capital possui uma lógica própria e inexorável expressa na Amazônia pelo avanço da frente pioneira. Os movimentos sociais — mesmo aqueles que a ele se opõem — nada mais fazem em última análise do que compor essa lógica.

Essa questão pode ser discutida em vários níveis. É uma das que, em uma análise mais ampla, mostra como as representações não estão associadas univocamente a posições políticas determinadas, sugerindo a necessidade de realizar outros recortes que revelem matrizes ideológicas ocultas. No caso, parece estar presente uma postura associada a uma ideologia do progresso, bem como uma postura que abomina as ambigüidades e incertezas, preferindo postular um destino certo que

clareie realidades complexas. Uma variante dessa tese é a conhecida suposição da tendência à proletarização genérica e homogeneizadora.

No que diz respeito concretamente à Amazônia, a tese torna-se suspeita à medida que se baseia na suposição da irreversibilidade de certos processos que, no entanto, muitas vezes se revelam episódicos. É o caso, por exemplo, da *pecuarização* da Amazônia, tendência hoje muito menos evidente que há dez anos atrás. Como também por obrigar a ignorar fatos inquestionáveis como a iniciativa seletiva do Estado no sentido de garantir a terra para determinados segmentos camponeses, ignorância duplamente suspeita à medida que se confunde com a denúncia do caráter restrito ou politicamente autoritário do seu *modus faciendi*.

Interpretação mais profunda também requereria a necessidade de discutir-se o próprio significado da postulação de um ator absolutamente onipotente — o capital —, mesmo quando aparece como o vilão da história. Certamente isso é questão a ser abordada por vários ângulos. Em um nível estritamente empírico, no entanto, caberia levar a sério a observação dos obstáculos concretos antepostos aos empreendimentos *strictu sensu* capitalistas na região, ao nível da extrema debilidade das condições de infra-estrutura (transporte, comunicações, energia, redes de distribuição de equipamentos e insumos modernos, serviços técnicos e financeiros, infra-estrutura social, ecologia), e a enorme dificuldade para o recrutamento e fixação da mão-de-obra, tal como analisado em detalhe por Donald Sawyer (Sawyer, s/data). E isso na circunstância em que a industrialização da agricultura (agroindústria) cria opções para o capital associadas a uma reconcentração espacial da atividade agrícola.

Aparentemente, do ponto de vista da análise por parte da vertente de esquerda dos defensores dessa tese, dá-se um problema adicional: de tanto criticar-se o posicionamento dos analistas que se colocavam do lado do capital, chegou-se à impossibilidade de incorporar a perspectiva dos capitalistas concretos a suas análises.

Hipótese alternativa (indicada por Sawyer) é a de que o grande capital afirmar-se-á na região seletivamente, em geral em empreendimentos não-agrícolas, e em muitos outros casos retrocederá. Seja como for, caberia questionar a um nível mais geral e mesmo epistemológico os posicionamentos deterministas. A imagem de um *campo de forças* no seu sentido mais amplo, aí incluídos os movimentos sociais e os recursos de toda ordem mobilizáveis pelos diversos atores sociais, pareceria mais suscetível de permitir abarcar a complexidade das situações sem empobrecê-las.

SEGUNDA TESE

O camponês possui concepções próprias a respeito da terra que nada têm a ver com as concepções dominantes, sendo-lhes mesmo antagônicas.

Também aqui, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, a tese não se articula univocamente com uma posição política, podendo ser assumida tanto pelos que defendem o desaparecimento do campesinato quanto pelos que defendem a sua existência. Por outro lado, oferece também campo largo para uma discussão epistemológica e metodológica, à medida que a percepção dessas diferenças e/ou antagonismos seja fruto não só da simples observação como também de declarações explícitas por parte dos camponeses.

Um complicador adicional nessa discussão — e que vale para as demais — está no risco da própria lógica do debate obrigar a aceitar os termos binários em que a questão é posta, de tal maneira que, no caso, ou se acredita que o camponês possui concepções próprias ou, como alternativa única, que seu pensamento identifica-se com o dos grupos sociais dominantes. Embora fazer isso seja válido como etapa dialética da discussão, é importante não se deixar enredar.

Esse papel de “advogado do diabo” já tem sido realizado (Velho, 1982), indicando como não estão ausentes concepções mercantis da terra e de seus produtos, bem como do quanto as cha-

madas “categorias” do pensamento camponês seguidamente devem, inclusive, aos códigos e leis, não podendo ser considerado irrelevante para essa questão o *legalismo* camponês, tão salientado por muitos autores. E quanto à presença das categorias mercantis, não seria intempestivo lembrar o caráter histórico da ocupação do território brasileiro e o papel, aí, do chamado “capital comercial”, a que voltaremos adiante.

Um passo a mais estaria em tentar explicar como, então, essa realidade convive com a indubitável presença de concepções aparentemente antitéticas. É nesse ponto que parece encontrar-se a questão crucial, posto que não enfrentá-la permite que o diálogo se mantenha como de surdos, cada parte encontrando suporte na sua meia-verdade para ignorar a outra.

Também já tem sido indicado que os *discursos* não podem ser entendidos nem como mero espelho de uma realidade abstrata, nem mesmo como mera percepção oriunda de uma cultura igualmente abstrata, mas como instrumentos de *intervenção* em uma realidade vista como um campo de forças onde nenhum discurso é neutro ou puramente comunicativo. Mas para além dos posicionamentos táticos ou conjunturais, caberia indagar se refletem algo de mais profundo. A hipótese seria, então, que estaríamos diante de uma *epistème* que, ela própria, não obedece a uma lógica binária formal. Nesse sentido, abre-se um espaço para o que, ainda apoiado num referencial da mesma ordem, denominar-se-ia “ambigüidade”, que é exatamente o que permite intervenções “incongruentes”. Ambigüidade, no entanto, não pensada como liminaridade provisória e ameaçadora, mas como positividade. Concretamente no caso da terra, isso permite que *convivam* concepções que acentuam o seu valor de uso com outras de um utilitarismo extremo, num sentido mercantil e secular que, na verdade, abarca praticamente todos os objetos.

Essa ambigüidade, por sua vez, não diria respeito exclusivamente a uma questão epistemológica, mas seria também existencial e mesmo política, no

X sentido mais amplo. Retrataria a sedimentação de uma experiência que muitas vezes emerge nos relatos, mitos e tipos populares, quando são apreciados em conjuntos que permitem reunir as várias pontas do dilema, enganadoras quando tomadas isoladamente. E essa experiência histórica é muito diferente daquela associada não só a lógicas binárias como também a noções de totalidade e de sistema em que os atores são como que funcionários. Essa última experiência associa-se a uma *confiança* em uma realidade maior, internalizada, com a qual então se cria uma relação de homologia que *não* é a que estamos aqui apreciando, cheia de vazios, fraturas e desníveis.

O aprofundamento dessa questão (a que ainda se voltará) abre um campo enorme de possibilidades, que aqui apenas afloram com a esperança de transmitir a possibilidade de pensá-la em termos que deslocam radicalmente o quadro de referências que dá suporte a essa e outras teses.

TERCEIRA TESE

O que caracteriza a penetração do capitalismo no campo é a instauração da propriedade privada da terra e, portanto, da renda capitalizada, concretizada na Amazônia pelo choque da frente pioneira capitalista com a frente de expansão anterior.

Essa tese constitui interessante alternativa à da proletarianização homogeneizadora como característica central do desenvolvimento capitalista referida na discussão da primeira tese, permitindo aceitar a realidade de relações de trabalho e de produção extremamente variáveis. Todavia, apresenta os seguintes problemas:

a) Coloca a questão do direito formal como determinante, subestimando outras formas de regulação da vida social, bem como noções como as de mercado e das diversas modalidades de capital que o extravasam, o que implica, então, em concepção bastante restritiva e excludente do capitalismo;

b) Ignora, no plano teórico, discussões construídas precisamente, tendo como

referência processos de *colonização* capitalista em que se supõe realizado o equivalente a uma nacionalização da terra, ou seja, o *oposto* da instauração da propriedade privada sobre a terra;

c) Supõe uma lógica reificada do funcionamento do capitalismo, onde a renda é reduzida a um derivado técnico, esvaziando seu conteúdo político e sua determinação diferencial no interior dos campos de força. O mesmo diria respeito à própria instituição da propriedade privada e dos capitalismos concretos, bastando para confirmar a insuficiência desse modelo geral o contraste, no plano histórico, entre a promulgação da nossa Lei de Terras (1850) – considerada pelos defensores dessa tese o marco fundamental da instauração do nosso capitalismo – e a Lei de *Homestead* (1862) nos Estados Unidos, que vai em direção *oposta*;

d) Em consequência dos itens anteriores, radicaliza para a Amazônia uma distinção entre frente pioneira capitalista e frente de expansão não-capitalista, a que se fará menção a seguir.

QUARTA TESE

A característica básica da atividade camponesa na Amazônia é sua autonomia ao nível da produção, e é isso que explica – juntamente com as concepções sobre a terra –

→ a resistência à expropriação e a formas de dominação capitalistas (frente pioneira), que, ao contrário da dominação tradicional por parte do capital comercial (frente de expansão), atingem a
→ própria organização da produção.

Aqui retoma-se o tema da “ambigüidade”. A sugestão alternativa seria a de que a defesa do estatuto do camponês tem menos a ver com a autonomia e mais com a ambigüidade, que no caso indicaria, de acordo com a velha sabedoria, a conveniência de evitar um ponto de não-retorno, a partir do qual dar-se-ia um engajamento no “sistema” que obrigaria a colocar todos os ovos na mesma cesta. Certamente, a autonomia camponesa é e sempre foi mais do que relativa – pelo menos na Amazônia –, sendo duvidosa a suposição de, na chamada frente de expansão, estar-

mos simplesmente diante de economias de excedente. A presença preponderante de produtos tipicamente comerciais como o algodão no Maranhão e/ou de produtos como o arroz, cultivados em escala incompatível com uma lógica de subsistência (Velho, 1982), já o indica.

Por outro lado, é igualmente duvidosa a existência de um capital comercial que restringe a sua ação ao momento de comercialização da produção. Na verdade, o referencial camponês que se tornou corrente nos últimos anos para se pensar o pequeno produtor na Amazônia de certa maneira fez com que se abandonasse um acúmulo de conhecimentos onde sobressaía, justamente, o mecanismo da *patronagem* por parte de agentes comerciais, presente com conseqüências no dia-a-dia da produção. Hipótese alternativa no caso seria até a de que o chamado capital comercial (ou comercial-usurário) é, de fato um verdadeiro organizador da produção (Musumeci, 1983), o que não transparece tanto no curso normal da atividade produtiva, mas que surge mais claramente à luz do dia nos momentos de crise e de reorganização da produção, analogamente ao que ocorre com a atividade extrativista (Velho, 1981). Sob certa ótica, a *forma* de produção ou de unidade produtiva – seguidamente reificada – pode até ser encarada como conveniência circunstancial, subordinada a objetivos e interesses mercantis.

Não obstante, a atividade camponesa pode abrir certos espaços e margens de manobra; sobretudo quando combinada com outras atividades, multiplicando-se as redes e os circuitos de relações. Na verdade, a atividade camponesa parece mais um exemplo privilegiado do chamado trabalho “autônomo” e de ocupação suscetível de ser *combinada* com outras; um teste empírico dessa hipótese sendo que aparentemente, mesmo quando *in abstracto* o camponês possui condições de prescindir de outras atividades, na Amazônia raramente o faz por completo, desmentindo a valorização simples do seu ser camponês. Encarado dessa maneira, sua valorização deixa de ser um constituinte absoluto e exclusivo de uma classe quase casta – como sugerido

pela primeira tese — para transformar-se em elemento de uma visão de mundo a um nível menos fenomenológico, compartilhado por outros grupos sociais e caracterizado por uma estratégia sempre complexa onde se busca realizar certa noção de liberdade. Em outras palavras, a reprodução camponesa deixa de ser vista como um fim em si mesma, ou como a simples lógica de funcionamento de um determinado modo de produção, para ser encarada como um *meio* de aproximação de um referencial constituído por uma pauta de valores mais ampla.

A presença do capital comercial na produção é incompatível com a tese da valorização da autonomia camponesa. Mas, dentro dos quadros que normalmente definem a atividade camponesa, é compatível com sua “ambigüidade”, bem mais difícil de ser atualizada nos quadros de uma plena proletarização.

QUINTA TESE

A noção que melhor caracteriza a atitude do camponês diante do avanço do capitalismo na Amazônia é a de “resistência”, por isso mesmo transformada simultaneamente em conceito sociológico e em palavra de ordem dos militantes.

Pelo que já foi exposto, deve ter ficado claro que uma noção como a de “resistência” é forte demais para dar conta dessa questão, à medida que supõe uma lógica dicotômica excessivamente simples. Sugere-se, agora, que ela é também excessivamente fraca, pois subestima a importância das situações concretas na determinação do comportamento (em contraste com um ser camponês fixo e rígido) e a própria *variedade* de situações. Isso sem falar do questionamento à própria noção de “avanço” do capitalismo e outras assemelhadas que supõem um algo sobre o qual se avança, anterior, igualmente problemático.

À medida que se aceite não se tratar de defender uma essência camponesa, mas de uma referência a uma pauta de valores e atitudes que não encontra uma realização substantiva única, todo o lado de jogo e de negociação com a

realidade das situações concretas se revela.

Por outro lado, faz parte da definição dessas situações não se postular a existência de uns poucos atores em seu conjunto, também fixos e inamovíveis. A ciência social praticada entre nós nos últimos anos tem dado muita ênfase à especificidade dos grupos e classes sociais. Isso se fez em parte como crítica a noções extremamente abstratas de cultura e sociedade, que diluam a realidade das diferenças e dos conflitos. Todavia, ao se confundir determinado nível de análise com uma realidade naturalizada, esses grupos e classes sociais transformam-se como que em átomos fixos, por vezes retransformados em entidades abstratas. No caso presente: camponesinato, Estado, capital etc. “Resistência” supõe uma atitude única de um ator único diante de atores também únicos. Ora, diante de situações concretas isso certamente não se aplica. O que não significa que se trata, como por vezes se pensa, de buscar novos átomos, que seriam, por exemplo, as diversas instituições governamentais tomadas de per si, por um lado, e os diversos estratos sócio-econômicos camponeses, por outro. Mas o reconhecimento dessas outras possibilidades — contanto que não sejam também reificadas, como os famosos camponesinatos “rico”, “médio” e “pobre” — é fundamental; sobretudo à medida que indica uma outra perspectiva que não se esgota em uma polêmica estritamente empírica.

No caso do camponesinato na Amazônia, todavia, a existência de diferenciações é inegável. Não só as estritamente econômicas, mas as que indicam *estratégias* diversas, definidas a partir do privilégio de pontas diversas das ambigüidades (terra como valor de uso *versus* terra como mercadoria; autonomia *versus* dependências calculadas etc.). E estratégias que, por não estarem necessariamente associadas de maneira unívoca em termos de relações de causa e efeito a condições sócio-econômicas, não podem ser vistas como fixas e definitivas.

Por outro lado — tomando-se a direção oposta, sem que isso signifique o retorno às totalidades abstratas — existem

níveis de análise para “cima” tão dignos de serem levados em conta quanto o das diferenciações; e aqui já indicamos que realidades supostas, como distintas de determinados grupos sociais, podem ser tomadas como manifestações de quadros sociais e de pensamento mais amplos.

Tudo isso indica uma riqueza de possibilidades não só de adaptação criativa mas até de criação de situações, que ultrapassa a noção defensiva de resistência, e que por isso aparece não só como excessivamente forte mas também como excessivamente fraca e empobrecedora.

SEXTA TESE

O sucesso da Igreja Católica na mobilização do camponesinato na Amazônia vem de sua opção pelos pobres, que lhe permite identificar-se com o povo, adquirir sua confiança e expressar as suas aspirações.

Certamente a Igreja Católica não possui o monopólio de uma “opção pelos pobres”. Portanto, sem questionar ainda precisamente o que esse sucesso, não é por aí que ele se explica. Deve dizer respeito a algo que lhe é mais específico, a opção pelos pobres, por mais fundamental que pareça, devendo ser encarada como questão derivada.

Hipótese alternativa teria a ver com o fato de sociedades como a que aqui vemos analisando, caracterizadas por certa frouxidão sistêmica, exigirem a presença de mediadores, sobretudo entre as elites (aí incluídas as envolvidas diretamente com o poder do Estado) e a massa da população. E esse papel não é de hoje que a Igreja desempenha, desenvolvendo um saber que abarca não só as dimensões mais instrumentais da tarefa como, sobretudo, uma capacidade muito grande de lidar com as dimensões espirituais e simbólicas envolvidas, principalmente as associadas à moralidade, das quais o próprio discurso renovador que acentua os aspectos materiais é paradoxalmente parte.

Nesse preciso sentido, a opção pelos pobres, mais do que uma ruptura pro-

funda, representa uma atualização desse papel em momento de crise, o conflito, mesmo aberto, significando ainda uma forma de mediação e de comunicação, bem como de afirmação do próprio instrumento de mediação envolvido.

Por sua vez, essa mediação certamente não é neutra, mas associa-se a determinada matriz de pensamento. Nesse sentido, a idéia de que a Igreja aí abdica da evangelização e parte do povo e de seu ser, com que então se identifica, não deve ser tomada literalmente. Esse processo envolve necessariamente uma interpretação realizada por intermédio de categorias utilizadas como instrumento seletivo, distinguindo o "autêntico" do que não o seria, o "espírito comunitário" do "egoísmo", a "fé" da "superstição" etc.

Todavia, seria erro grosseiro, que não se coadunaria com a linha de argumentação deste artigo, supormos, então, tratar-se simplesmente de um fenômeno de manipulação de cima para baixo. Sem falar também, no que diz respeito à Igreja, que não estamos diante de uma entidade que se deva reificar. Na verdade, a relação entre mediadores e mediados constitui um segmento de um campo de forças, ao lado do que poderia, para simplificar, ser considerado manipulação por parte dos mediadores. Seria preciso verificar o que se dá em direção oposta.

Nesse sentido, precisamente porque não se trata de um sistema *strictu sensu* integrado, o canal de mediação é seguidamente apenas a face mais visível de uma vida social que transcende de muito essa política. Face mais visível, inclusive, para os próprios mediadores, que, paradoxalmente, poderosos na mediação, seguidamente não têm plena clareza quanto ao seu exato papel e seus limites no ponto de vista dos mediados (Velho, 1982), os quais podem perfeitamente lidar com todas as ambigüidades envolvidas sem com isso cair no que uma outra moralidade taxaria de cinismo. Isso se torna ainda particularmente difícil de ser detectado à medida que faz parte, também, da manipulação envolvida a própria imagem de pobreza e fraqueza como contraface do vilão forte a que fizemos

referência na discussão da primeira tese. E essa imagem é de fato de tal maneira eficaz socialmente — base do próprio poder dos fracos — que talvez não seja à-toa que se tenha vulgarizado nas próprias ciências sociais a dicotomia Estado forte-sociedade fraca, a ponto de tratar-se os dois como universos díspares cuja face oculta (Estado fraco-sociedade forte, por assim dizer) e identificações dificilmente afloram.

E aqui retornamos à questão do "sucesso". Na verdade, a "opção" pelos pobres também pode ser vista inversamente como *imposição* das próprias populações. Como sua fidelidade aos mediadores não é de maneira nenhuma irrestrita, a sua legitimidade depende do desempenho de seu papel; o que exigirá posturas diferentes conforme as circunstâncias, sob risco de perda de posição. O que significa, também, que variando as circunstâncias — e variam até de área para área, o que nem sempre é percebido dado o privilegiamento dos focos de tensão como notícia — variarão também de parte a parte essas posturas. Em momentos menos críticos, por exemplo, haverá uma tendência ao refluxo a mediações e patronagens mais parcelizadas, inclusive no plano espiritual, onde na Amazônia a pajelança é sempre um recurso alternativo.

Segmentos importantes da Igreja têm expresso na sua ação atitudes compatíveis com essa realidade. A ponto de não poder ser considerada aleatória ou mera questão de indivíduos a correlação forte entre áreas de tensão-clero avançado e áreas relativamente sossegadas-clero mais tradicional. É essa a medida do seu sucesso, cujos desdobramentos dependem de se atuar tendo em vista o que é permanente e o que é circunstancial, adaptação criativa de todos às situações.

SÉTIMA TESE

Mesmo que isso tudo reflita alguma verdade, essa complexificação tem como efeito diluir a crítica ao capitalismo, ao autoritarismo etc. e, portanto, presta um desserviço às populações com as quais os intelectuais devem estar comprometidos e das quais

os cientistas sociais, particularmente, não podem simplesmente se utilizar para produzir seus trabalhos acadêmicos.

De todas, a questão mais opinativa e que pode ser respondida de muitas maneiras. Politicamente há uma questão de fundo envolvida que é a de que conhecimento e eficácia política caminhem lado a lado. É provável que, apesar de princípios como o de que sem teoria não há prática, não haja uma resposta genérica para essa questão. Ou seja, aqui também não há soluções únicas. De qualquer maneira, a colocação dessa posição em termos de tese exige um trabalho de montagem maior, já que os princípios racionalistas nem sempre permitem que seja assumida.

Essa tese, todavia, baseia-se numa série de categorias que valem a pena ser analisadas, tais como compromisso, serviço etc. Tão profundas que possuem, elas próprias, uma carga simbólica, de mobilização de ação e de consciências considerável em nossa sociedade. Talvez também aqui haja uma vantagem em pelo menos desnaturalizá-las. Bem como em levantar a hipótese de que esse poder de mobilização não seja mero subproduto de uma verdade, mas já esteja assumido na própria maneira pela qual se articula o discurso. Nesse caso, é de se imaginar que nesse contexto tudo se preste a *n* leituras e interpretações. Até há pouco era possível tentar traçar uma tênue linha entre aqueles que justificavam o conhecimento pelo conhecimento e aqueles que o viam como instrumento de ação (Velho, 1983). Hoje as coisas estão mais embaralhadas, e é necessário muitas vezes perceber por detrás do discurso político o que existe de busca de legitimidade para a própria busca de conhecimento, tal como antes a motivação política por vezes se colocava nas entrelinhas do discurso acadêmico. Assim sendo, talvez a palavra final seja que, mais uma vez, apesar do discurso aparentemente direto, aqui também penetramos no território do equívoco e da ambigüidade, que não seria privilégio do povo e do campesinato. Para além da vontade de objetividade coloca-se a *vida*, e os intelectuais que descubram — sem moralismos — quais as

vontades que os regem. Mas nesse esforço talvez fosse interessante lembrar – na linha do que foi mencionado na discussão da tese anterior – que, se relativizarmos o fosso entre Estado e sociedade, talvez descobramos que o “autoritarismo” e categorias assemelhadas não são um simples agente externo, e se manifestam das mais inesperadas maneiras.

Essa leitura, decepcionante na medida que não entra na lógica do discurso explícito – o que não seria difícil – é, talvez, mais real, já que indicando linhas para a sua própria interpretação torna o diálogo menos defensivo, mais franco e, espera-se, em algum sentido mais produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MUSUMECI, Leonarda

1983 – “Pequena produção e capital comercial-usurário em áreas de fronteira”, mn.

SAWYER, Donald

s.d. – “A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica”, mn.

VELHO, Otávio

1981 – *Frentes de expansão e estrutura agrária*. 2 ed. (1 ed. 1972) Rio, Zahar.

1982 – “A propósito de terra e Igreja”, in *Sociedade e Agricultura*. Rio, Zahar (publicado originalmente em *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 22, maio de 1980).

1983 – “Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais”. In *Sociedade e política no Brasil pós-64*, org. p/B. Sorj e M. H. Almeida, São Paulo, Brasiliense.